

# **CAPÍTULO 6**

## **ARQUEOTURISMO EM ANGOLA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcultura06>

Ziva Domingos  
Bumba Manuel de Castro

**SUMÁRIO**

## INTRODUÇÃO

As mudanças sociais e econômicas e os desafios da globalização que se verificam hoje interpelam o poder público e a sociedade civil a repensarem os modelos de desenvolvimento, procurando colocar o “homem” no centro das políticas e estratégias. Para o efeito, procura-se explorar racionalmente todos os recursos a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais através da erradicação da pobreza, que é um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável. O arqueoturismo pode ser usado como um dos recursos para que seja alcançado esse ideal, que visa à justiça social global, olhando mais especificamente as preocupações das populações mais vulneráveis.

Considerando o papel da arqueologia no estudo das práticas sociais e da reconstituição e/ou da consolidação da história das nações, como Angola, que enfrentou ao longo dos anos vários desafios de estabilidade – desde o período pré-colonial, com o comércio de escravos transatlântico; colonial e até pós-independência, com conflitos armados –, pensamos que a promoção do turismo arqueológico pode servir de base para colmatar essas lacunas e esses vazios temporais da história e alavancar o desenvolvimento de Angola a partir das suas localidades.

As pesquisas e descobertas arqueológicas, que têm sido realizadas em diferentes partes de Angola, consubstanciadas em estações de arte rupestres com pinturas e gravuras de grande qualidade e diversidade, e em artefatos arqueológicos que remontam ao mesolítico e paleolítico antigo, permitem introduzir novos elementos no seu passado histórico e construir a verdadeira identidade do povo angolano, reescrevendo e consolidando a sua história. É nessa perspectiva que temos assistido a iniciativas diversas das autoridades angolanas no sentido da salvaguarda e valorização do patrimônio cultural do País, incluído o patrimônio arqueológico, sobretudo a partir do momento em que o Executivo Angolano decidiu efetivamente inscrever, em 2006, a candida-

tura do Sítio de Mbanza Kongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, fato que só aconteceu em 2017.

Por outro lado, os esforços empreendidos para a salvaguarda e valorização do patrimônio cultural e a sua vertente arqueológica têm no turismo um importante aliado, que deverá contribuir igualmente para a educação patrimonial dos cidadãos e dos visitantes, assim como para a melhor interpretação e leitura do passado. Não obstante a situação residual do turismo angolano no contexto da África Austral, os objetivos traçados para o setor até 2020 obrigam a concepção de produtos turísticos diferenciados que tragam valor às comunidades locais, sobretudo neste momento em que Angola procura cada vez mais se abrir ao mundo. O arqueoturismo é, naturalmente, um desses produtos, visto que existe um rico e diversificado potencial patrimonial e arqueológico para a formatação de roteiros e configuração de produtos competitivos no mercado de consumo, que deverá servir de recurso para valorizar e divulgar cada vez mais o País e proporcionar o seu desenvolvimento.

Assim sendo, este capítulo dedicado ao desenvolvimento local baseado no arqueoturismo aborda, na sua primeira parte, questões relacionadas ao potencial arqueológico angolano e à sua gestão, olhando para as grandes linhas das políticas públicas que asseguram a sua salvaguarda, promoção e valorização, incluindo a valorização turística, que passa pela educação patrimonial, e rebuscando os fundamentos e as origens da pesquisa arqueológica em Angola. A segunda parte deste capítulo é consagrada exclusivamente às abordagens referentes ao arqueoturismo como um dos elementos impulsionadores do desenvolvimento local, sobretudo nesta era em que a Angola desencadeou o processo de desconcentração e descentralização do poder público, do central para o local, preparando-se para as autarquias locais como uma das formas de estar mais próximo das comunidades e atender condignamente às suas preocupações, apostando na diversificação da sua economia, onde o turismo é visto como um dos pilares.

## **POTENCIAL PATRIMONIAL E ARQUEOLÓGICO ANGOLANO, SUA GESTÃO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ANGOLA**

As questões e problemáticas da salvaguarda e valorização do patrimônio cultural estão claramente abordadas nas políticas públicas da República de Angola desde a sua Constituição, passando pela política cultural e finalizando com a lei do patrimônio cultural.

A CRA<sup>1</sup> (ANGOLA, 2010, p. 30, 33) expressa claramente nos seus artigos 79º e 87º o direito de acesso de qualquer cidadão angolano à cultura e, conseqüentemente, à conservação, valorização do patrimônio histórico, cultural e artístico, nos seguintes termos:

O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei. (Artigo 79º).

Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística.

O Estado promove e estimula a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano (Artigo 87º).

Na perspectiva da integração efetiva da cultura nas políticas do desenvolvimento tal como estipulado na Constituição, o Governo Angolano aprovou, desde janeiro de 2011, através do Decreto nº 15/2011, a Política Cultural de Angola para um período de 10 anos (ANGOLA, 2014). Essa políti-

---

1 Constituição da República de Angola.

ca cultural reconhece a cultura como um componente de grande importância, com os efeitos imediatos sobre a coesão interna da sociedade angolana, visando à construção de uma nação unida, desenvolvida e próspera.

A cultura angolana, tal como descrita nessa política cultural, possui um rico patrimônio cultural e natural composto por uma diversidade de objetos de museus, monumentos, sítios históricos e arqueológicos, paisagens culturais, centros e conjuntos históricos, etc., sem se esquecer da variedade de patrimônio imaterial. Os valores dessa riqueza cultural devem ser preservados, estudados e promovidos dentro e fora do País a fim de fazerem parte integrante dos principais desafios estratégicos que visam ao progresso, ao desenvolvimento e à afirmação do País no contexto mundial.

Considerando que essa política reconhece o patrimônio cultural e natural como um dos pilares do desenvolvimento de Angola, o Governo, em nível central e local, apelou às comunidades locais e à sociedade civil a promoverem e apoiarem todas as iniciativas voltadas à preservação, valorização e gestão de bens patrimoniais, tal como descrito na Lei nº 14/05 do Patrimônio Cultural (ANGOLA, 2008).

A Lei do Patrimônio Cultural aprovada em 2005 aborda amplamente questões relacionadas à salvaguarda, proteção, valorização, promoção e divulgação do patrimônio cultural angolano, envolvendo todas as partes interessadas (decisores, gestores do patrimônio, sociedade civil, comunidades locais, público em geral). Essa lei define os critérios e mecanismos de implementação dos ideais expressos na Constituição e Política Cultural da República de Angola. Assim, no seu artigo 1º sobre os princípios fundamentais, a Lei enfatiza a questão do acesso à cultura através do uso do patrimônio cultural para a construção da identidade nacional:

A presente Lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural considerado como de interesse relevante para compreen-

são, permanência e construção da identidade cultural angolana.

A política do Património Cultural integra as acções promovidas pelo Estado, Governos Provinciais, Administrações locais, associações e diferentes sensibilidades da Sociedade Civil, visando assegurar no espaço nacional a efectivação do direito à Cultura e à fruição cultural nos vários domínios da vida social. (Artigo 1º). (ANGOLA, 2008, p. 7).

No seu artigo 4º, a Lei enfatiza a importância de uma gestão participativa para melhor protecção e valorização do património cultural nacional:

O Estado, através do Ministério de tutela, dos Governos Provinciais e das Administrações Locais devem procurar promover a sensibilização e a participação dos cidadãos na salvaguarda do Património Cultural e assegurar as condições da sua fruição.

As populações devem ser associadas às medidas de protecção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do Património Cultural (Artigo 4º). (ANGOLA, 2008, p. 8).

Além dos princípios acima descritos, a Lei do Património Cultural dedica toda uma secção (Secção IV) ao regime especial do património arqueológico, esclarecendo os procedimentos e regras a serem respeitados para a sua melhor gestão em todo o território nacional.

Não obstante as normas legais acima descritas, o Executivo Angolano aprovou, em 2018, o seu plano de governação chamado Plano do Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 (ANGOLA, 2018). O referido plano tem como primeiro eixo de orientação estratégica o desenvolvimento humano e o bem-estar. É nesse eixo que estão inseridas políticas e programas relacionados com a cultura.

Destaca-se, porém, que o capítulo da cultura e recreação possui a menor quota de recursos financeiros, com um percentual de 1,24% entre as 10 funções definidas como sendo do Estado.

Nesse documento, que define as políticas de desenvolvimento setoriais para uma legislatura, foram definidas como prioridades da cultura:

- Valorizar e dinamizar o patrimônio cultural nacional, com uma forte aposta na recuperação e melhoria da rede museológica, bibliotecas, arquivos e na preservação e acondicionamento dos seus acervos;
- Promover o fomento da arte e das indústrias culturais e criativas através da implementação de centros culturais e casas de cultura.

Não obstante o turismo cultural estar definido como um dos produtos estratégicos a desenvolver no País no Plano Diretor do Turismo, a relação turismo-cultura no PDN 2018-2022 é muito evasiva, uma vez que as ações prioritárias definidas se centram essencialmente na infraestruturização dos polos de desenvolvimento turísticos, na melhoria das acessibilidades e na facilitação de vistos para turistas estrangeiros. No entanto, reconhece a necessidade de promoção interna dos produtos turísticos enquanto meios de elevação dos valores culturais do povo angolano e do patrimônio histórico e natural do País.

A fim de implementar as normas definidas nesse pacote das políticas públicas, mais especificamente as da gestão do patrimônio arqueológico, existem em nível central duas instituições responsáveis criadas para o efeito:

- Por um lado, o Instituto Nacional do Patrimônio Cultural (INPC), o órgão sob tutela do Ministério da Cultura, que tem como missão assegurar o inventário, a documentação, a classificação e a identificação de todos os monumentos e sítios e o patrimônio imaterial de Angola e preparar instrumentos que garantam a sua gestão geral e os seus valores de homogeneidade, autenticidade, integridade e singularidade.

- Por outro lado, o Museu Nacional de Arqueologia de Benguela (MNAB), órgão sob tutela da Direção Nacional de Museus (DINAM) do Ministério da Cultura, que também gere o patrimônio arqueológico (coleções e sítios), em todo o território nacional, cuja missão é investigar, coletar, identificar, classificar, preservar, exibir e divulgar o histórico patrimônio cultural, arqueológico, geológico, antropológico, numismático, literário e outros.

Perante essa gestão de velocidade dupla, parece existir uma ambiguidade quando se observa que os limites nas missões das duas instituições não estão claramente definidos, se bem que o MNAB joga atualmente com um papel de órgão consultivo do INPC. Para uma gestão eficaz do patrimônio arqueológico nacional, não deveria haver no seio do Ministério da Cultura uma direção autônoma responsável para preparar políticas e programas no domínio de Arqueologia?

Em nível provincial e local, existem os Gabinetes Provinciais da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos, que fazem a gestão local do patrimônio cultural e natural. Em termos de princípio, o casamento “cultura-turismo” é mais evidente e deveria ser uma mais-valia para a promoção e o fomento do turismo local, considerando sobretudo o processo de desconcentração dos poderes e recursos do central para o local.

As políticas públicas existentes no domínio da Cultura, e mais especificamente na área do patrimônio cultural, definem claramente as normas a observar para permitir uma melhor salvaguarda e valorização do patrimônio cultural, incluindo a sua valorização turística. O que se verifica no terreno é a insuficiência das ferramentas e de recursos para a operacionalização dessas medidas, sobretudo em nível local. Uma outra fraqueza que se observa nessas políticas públicas é a forma tímida, para não dizer inexistente, de como o casamento “cultura-turismo” está expresso quando se consideram os desafios de Angola em diversificar a sua economia, escolhendo o turismo como um dos pilares dessa estratégia, comparando com a forma como esse casamento

está fortemente evidenciado em outros países da África Austral e Oriental, tais como África do Sul, Namíbia, Zimbábwe, Quênia, Tanzânia, etc.

## **BREVE PANORAMA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM ANGOLA**

Angola é um país situado na costa ocidental da África com uma superfície de 1.246.700 km<sup>2</sup> e uma população estimada atualmente em cerca de 30.000.000 de habitantes<sup>2</sup>, majoritariamente “Bantu”. Para o estudo da pré-história, de acordo com as pesquisas levadas a cabo por J. D. Clark nos anos de 1966, o território angolano foi dividido em três grandes zonas ecológicas: a Zona Congo, ao norte; a Zona Zambeze, no centro-sul-leste; e a Zona Sudoeste (GUTIERREZ, 2009).

---

2 De acordo com os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatísticas de Angola (INE), a população angolana foi estimada em 30.175.553 habitantes em 2019 (Disponível em: [https://www.ine.gov.ao/images/banners/Banner\\_Projeccao.pdf](https://www.ine.gov.ao/images/banners/Banner_Projeccao.pdf). Acesso em: 05 out. 2019).

Figura 1 - Mapa de Angola<sup>3</sup>



Fonte: *Blog de Geografia* (2018).

3 Mapa disponível em: [https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&biw=1536&bih=750&tbm=isch&sa=1&ei=qkK5XfGfC4jhUIOwm8gG&q=mapa+de+angola+2019&oq=mapa+de+angola+2019&gs\\_l=img.3..0.96413.100238..100814...0.0..0.444.1639.2-3j1j1.....0....1..gws-wiz-img.2xbMa2A&ved=0ahUKEwjxnOXLwcPIAhWIMBQKHQPYPBmkQ4dUDCAY&uact=5#imgrc=sUi52k\\_Zsm70JM](https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&biw=1536&bih=750&tbm=isch&sa=1&ei=qkK5XfGfC4jhUIOwm8gG&q=mapa+de+angola+2019&oq=mapa+de+angola+2019&gs_l=img.3..0.96413.100238..100814...0.0..0.444.1639.2-3j1j1.....0....1..gws-wiz-img.2xbMa2A&ved=0ahUKEwjxnOXLwcPIAhWIMBQKHQPYPBmkQ4dUDCAY&uact=5#imgrc=sUi52k_Zsm70JM). Acesso em: 30 out. 2019.

A existência de peças líticas pré-históricas em Angola foi relatada já no final do século XIX. Dois artigos publicados em 1890 por R. Severo e N. Delgado relataram a presença de partes “neolíticas” e “de pedra esculpida” da província de Angola (GUTIERREZ, 2008, p. 23).

Foi apenas na década de 1940 que a pré-história de Angola se tornou uma disciplina separada, com publicações realizadas sobre as pesquisas arqueológicas na parte oriental do País. Dois importantes fatos simbolizam o desenvolvimento da arqueologia em Angola: a grande exploração industrial mineira pela Diamang (antiga Companhia Nacional de Diamantes de Angola) e a criação do Museu do Dundo no leste de Angola.

O Geólogo J. Janmart, Chefe do Departamento de Prospecção da empresa de diamantes, desenvolveu o seu interesse em estudar o material arqueológico extraído do solo através da atividade mineira. A criação do Museu do Dundo pela Diamang marcou o início da pesquisa arqueológica e revolucionou consideravelmente a prática de arqueologia, assim como o tratamento de dados provenientes do terreno (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019). De fato, além de estudos de coleções etnográficas e da diversidade cultural Lunda-Cokwe e espécimes de história natural da região leste de Angola, o museu também iniciou o estudo arqueológico do sítio de Bala Bala. As primeiras edições da publicação do museu, escritas por J. Janmart, foram dedicadas à arqueologia e, em particular, ao estudo do material lítico, ainda presente na coleção do museu: núcleo, lascas, bifaces, etc. As investigações desenvolvidas por J. Janmart no leste do País possibilitaram a elaboração de um mapa contendo cerca de setenta estações pré-históricas (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019), revelando, assim, a riqueza arqueológica de Angola.

No fim dos anos de 1940 até a década de 1960, outros pesquisadores, tais como J. D. Clark, L. S. B. Leaky, H. Breuil, realizaram pesquisas arqueológicas no leste de Angola e desenvolveram estudos arqueológicos no Museu do Dundo, sobretudo estudos dedicados às indústrias líticas de Angola levados a cabo por J. D. Clark, produzindo uma importante literatura sobre a arqueologia do leste de Angola. Além do estudo sobre a distribuição das indústrias

líticas no território nacional, estudou também o material lítico presente nas coleções do Museu do Dundo. Alguns anos depois, C. Ervedosa e S. Júnior desenvolveram outras pesquisas arqueológicas na mesma área, coletando peças líticas na superfície.

A pesquisa continuou em outras partes do País, incluindo o sudoeste, que é considerado uma região com uma tradição pré-histórica onde os homens viveram quase continuamente desde os tempos pré-históricos até os dias atuais. Nessa região, M. Ramos, do Instituto de Investigação Científica Tropical, realizou pesquisas e escavações arqueológicas no sítio de Capangombe (provincia do Namibe) no final dos anos de 1960. Ele encontrou uma indústria apresentando como um todo “uma tipologia dos acheulenses evoluídos”. As séries colhidas incluem 1776 peças sem tamanho de lixo, apesar da possível proximidade de oficinas. Estudos desenvolvidos por M. Ramos no mesmo sítio apontam a descoberta de alguns artefatos de material lítico, alguns da tradição acheulense. Os estudos desenvolvidos por M. Ramos na região sudoeste de Angola se inscrevem já em uma verdadeira perspectiva científica, cuja escavação arqueológica, o estudo do material lítico e a publicação fazem parte de um mesmo processo (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019).

Na faixa costeira do sul de Angola, o Departamento de Geologia e Minas de Angola, como parte de sua pesquisa geológica, já noticiava desde a década de 1950 a presença de material lítico, especialmente na região da Baía Farta, segundo uma nota inédita de Mascarenhas Neto publicada em 1956 (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019). Nos anos de 1960, outros estudos que assinalavam a existência do material arqueológico, sobretudo o material lítico do paleolítico nas praias da Baía Farta e do Lobito, foram publicados por Mariano Feio. Alguns anos depois, Ervedosa publicou os seus estudos sobre o material lítico existente na região da Baía Farta, que Soares de Carvalho recolheu (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019).

A continuidade da pesquisa arqueológica nessa região tem sido assegurada desde a década de 1970 pelo Museu Nacional de Arqueologia de Benguela, cuja coleção é, em grande parte, composta de material arqueológico

do sítio de Dungo. Essa instituição, criada em 1976, tem uma dupla missão: de desenvolver pesquisas sobre a arqueologia em todo território angolano e assegurar a conservação e a valorização do material arqueológico recolhido. Com o empenho especial e a paixão pela arqueologia evidenciada pelo primeiro Diretor do Museu, Luís Pais Pinto, uma brigada de investigação arqueológica constituída por jovens iniciará as prospecções arqueológicas de superfície na região da Baía Farta sem um aprofundamento da investigação arqueológica. Apesar das suas missões de abrangência nacional, e por causa da situação difícil devido à guerra que assolou o País durante mais de duas décadas e por falta de recursos materiais e humanos qualificados, os trabalhos do Museu vão se limitar basicamente à província de Benguela, sobretudo à região da Baía Farta.

Desde a década de 1990, o museu vem desenvolvendo um programa de pesquisa arqueológica com a equipe de pesquisa em arqueologia africana da Universidade de Paris 1 Panthéon Sorbonne e do CNRS<sup>4</sup> da França, baseado em dois eixos fundamentais: a investigação metodológica no terreno e a formação teórica e prática da disciplina (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019). Um dos principais resultados dessa parceria é a capacitação de quadros do Museu de Arqueologia de Benguela; além de estágios profissionais na França, alguns funcionários se formaram até no nível do doutoramento a fim de poder assegurar a investigação arqueológica em Angola.

A partir do mapa arqueológico publicado por C. Ervedosa (1980), pesquisadores franceses e angolanos foram capazes de identificar uma dúzia de sítios arqueológicos nas duas margens do rio Dungo (Província de Benguela). Dada a antiguidade e importância dos sítios, os pesquisadores se desafiaram a repensar a metodologia para se concentrarem em questões relacionadas à estratigrafia e ao contexto material. Como observa Gutierrez (2008, p. 37), “[...] foi, portanto, necessário acabar com a recolha de superfície, tendo o Museu de Benguela já uma amostra suficientemente representativa e começar a reflectir sobre o passado em termos do contexto amplo do antigo assentamento humano na região”.

---

4

*Centre National de la Recherche Scientifique.*

A aplicação da metodologia adaptada levou à grande descoberta nessa região de Dungo: a do esqueleto de um mamífero de cerca de cinco metros de comprimento, provavelmente uma baleia, na paleoplage do sítio Dungo V, exposto hoje no Museu de Arqueologia de Benguela e sobre o qual os homens do Paleolítico Inferior praticavam uma atividade de limpeza.

Nos últimos anos, essa parceria, que evoluiu para uma Escola de Campo, alargou-se, envolvendo, além das equipas franco-angolanas, estudantes e professores da Universidade Katyavala Buíla e do Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela. Os trabalhos de campo continuam a ser levados a cabo na região da Baía Farta, mais especificamente nas estações de Dungo, com algumas práticas sobre os aspectos metodológicos no Museu de Arqueologia de Benguela. Os trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos no ano de 2019, na estação de Dungo XII, onde foi descoberto o material lítico com a presença de numerosas lascas e *choopers* (MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DE BENGUELA, 2019).

No que diz respeito à arte rupestre, a literatura nos diz que a primeira pesquisa na África remonta ao início do século XIX. Estudos recentes apontam a existência de um pouco mais de 40 estações de arte rupestre em Angola, com uma predominância na província do Namibe, onde se encontra o emblemático sítio arqueológico de Tchitundu-Hulu. Devido à sua riqueza cultural diversificada, o complexo arqueológico Tchitundu-Hulu já foi objeto de vários estudos desde a década de 1950, os quais foram conduzidos pelo geólogo C. França, o etnólogo alemão H. Baumann ou o etnólogo português S. Júnior, e tem sido seguido desde a década de 1990 pelo trabalho de outros arqueólogos como Manuel Gutierrez, cujos resultados foram publicados em 2008 em um livro intitulado “Arte Rupestre em Angola - Província do Namibe”.

Nesta última década, outras pesquisas arqueológicas continuam também a ser desenvolvidas na região do Ebo (província do Cuanza Sul), na região da Leba (província da Huíla) e em outras localidades da província do Namibe pelos investigadores nacionais e estrangeiros do Instituto Politécnico de Tomar e do Instituto Terra e Memória, Universidade de Coimbra de Portugal, que deram, por exemplo, em 2012, corpo à publicação “Ebo e arte rupestre do sudoeste de África”.

## POTENCIAL PATRIMONIAL E ARQUEOLÓGICO DE ANGOLA: RIQUEZA E DIVERSIDADE

O estado atual das pesquisas em Angola demonstra que existe um potencial arqueológico em todo o território angolano que precisa ser salvaguardado e mais valorizado. O patrimônio arqueológico um pouco mais estudado e valorizado se encontra concentrado nas três regiões ecológicas definidas por Clark – zonas norte, sudoeste e sul – e é composto majoritariamente por material lítico, material ósseo, cerâmica e arte rupestre. De acordo com os dados estatísticos do INPC (2014), cerca de 20 sítios arqueológicos são classificados como patrimônio nacional, sobretudo os da região sudoeste, mais precisamente os das províncias de Benguela e do Cuanza Sul.

Na província de Benguela, dois sítios têm sido objetos de estudo por parte da equipe franco-angolana desde 1990: os sítios do Complexo de Dungo e de Cachama, na região da Baía Farta. No Complexo de Dungo, os estudos incidem sobre as estações de Dungo III, IV, V, XII, que estão situadas nos dois lados do Rio Dungo. O material existente nessas estações são os seixos rolados e o material lítico produzido a partir desses seixos, entre outros seixos alhados, *choppers*, poliedros, bifaces, lascas e seixos rachados. Os outros vestígios existentes no Complexo de Dungo são as conchas marinhas e o material ósseo.

As principais descobertas nesse complexo são a existência do esqueleto de uma baleia acompanhado de cerca de 59 artefatos líticos. De acordo com os investigadores, os homens de outrora vieram remover com a ajuda de ferramentas em pedra fragmentos de carne, de tendões e de gordura da pele do cetáceo morto na praia. Trata-se provavelmente de uma atividade de rapinagem sobre um mamífero encalhado na praia. Os estudos de cronologia realizados sobre um vestígio de uma concha de ostra proveniente do mesmo nível do esqueleto da baleia apontam para uma idade de mais de 350 000 anos (GUTIERREZ; BENJAMIM, 2019).

Outro sítio que é objeto de estudo da equipe franco-angolana na província de Benguela é o Complexo de Cachama. Um dos principais objetivos das

pesquisas arqueológicas nesse sítio é aprofundar as pesquisas relacionadas com os períodos neolíticos e proto-históricos em Angola e fazer um estudo comparado com a indústria atual da cerâmica naquela região. Os trabalhos desenvolvidos nesse sítio permitiram a descoberta dos fragmentos de cerâmica, algumas raras pérolas, peças líticas e conchas. As datações 14 C a partir de algumas amostras apontam a data de  $3430 \pm 22$  BP para as ocupações mais antigas do Complexo de Cachama. Os fragmentos de cerâmica descobertos são de lábio, bordo, colo, pansa e fundo, com quatro cores variadas que vão do castanho ao preto; são decorados por impressão e incisão e com a morfologia de recipientes abertos e fechados (BENJAMIM, 2019).

Os vestígios recolhidos nos sítios de Dungo, como de Cachama, por exemplo, encontram-se depositados no MNAB. O principal desafio é prosseguir com os estudos sobre esse material para que se obtenham dados mais confiáveis sobre os diferentes períodos de ocupação humana e consolidar a história de Angola.

Figura 2 - Vestígios Arqueológicos Expostos no Museu Nacional de Arqueologia de Benguela



Fonte: Fotografia tirada por Maria Helena Benjamim (2019).

Na província do Cuanza Sul, mais particularmente no município do Ebo, existem os sítios de arte rupestre de Ndalambiri, Cumbira e Caiombo, com cerca de 1200 pinturas rupestres, cujos estudos mais recentes foram desenvolvidos por uma equipe luso-angolana. No sítio de Ndalambiri, a arte rupestre está marcada com pelo menos três níveis de sobreposição de pinturas: negro, vermelho tijolo e branco. As figuras são antropomórficas, retratando algumas cenas de indivíduos a caçar, a conversar, a fumar, a tocar instrumentos, a trepar em árvores, a transportar tipoiás. As zoomórficas são múltiplas e variadas, ilustrando as figuras de elefantes, jacarés, antílopes, cobras e aves, mas ainda existem pinturas com morfologias geométricas ilustradas pelas figuras reticuladas, retangulares, quadrangulares e triangulares. No sítio de Cumbira, existem também pinturas rupestres com as mesmas morfologias do sítio de Ndalambiri, mas adicionalmente a isso algumas escavações realizadas no sítio permitiram a descoberta de diversos fragmentos de cerâmica decorados. As pinturas com as mesmas figuras morfológicas existem também no sítio de Caiombo; as figuras antropomórficas desse sítio ilustram, entre outras cenas, as da música e da dança (OOSTERBEEK; MARINS, 2012). As datações realizadas no pigmento preto das pinturas rupestres do Ebo revelam a transição para o século XVIII (OOSTERBEEK, 2013) e marcam uma nova etapa na pesquisa arqueológica sobre a arte rupestre de Angola, cuja primeira análise em C14 foi realizada nos pigmentos das pinturas rupestres de Tchitundu-Hulu (província de Namibe), que apontam uma data aproximada de 2.500 anos ( $2596 \pm 53$  BP) (GUTIERREZ, 1996).

Figura 3- Pinturas Rupestres de Ndalambiri – Ebo – Kwanza Sul



Fonte: Fotografia tirada por Ziva Domingos (2012).

Na zona sul, destacam-se a riqueza e a diversidade do patrimônio arqueológico da arte rupestre na província do Namibe, que é objeto de estudo por parte das equipes luso-angolana e franco-angolana. Existe também um potencial arqueológico na província da Huíla, mais particularmente na Serra da Leba, com a Gruta da Leba, que já foi objeto de estudo, nos anos de 1960, dos investigadores J. Camarate França e Vitor Oliveira Jorge. Atualmente, estudos de geoarqueologia no Carso da Leba estão sendo desenvolvidos por uma equipe luso-angolana<sup>5</sup> desde 2018, os quais visam, entre outros objetivos, efetuar

---

5 A Equipe Luso-Angolana é coordenada pela Doutoranda Daniela de Matos e integra várias instituições: Departamento de Geologia e Minas do Instituto Superior Politécnico da Huíla (ISPH), da Universidade *Mandume Ya Ndemufayo* (UMN) de Angola; *Geoarchaeology Working Group* – Lab. *Geosciences* do *Institute of Archaeological Sciences* da *Universitat Tübingen, Germany*; Grupo “Quaternário e Pré-História” do Centro de Geociências (CGEO) da Universidade de Coimbra, Portugal; Ministério da Cultura de Angola (Direção Nacional de Museus, Museu Nacional de Arqueologia de Angola, Museu Regional da Huíla, Instituto Nacional do Patrimônio Cultural).

a reescavação limitada dos perfis estratigráficos remanescentes das escavações anteriores de J. Camarate-França e Vitor Oliveira Jorge.

Um dos sítios de arte rupestre da África Subsaariana mais estudado e valorizado é o Complexo Arqueológico de Tchitundu-Hulu, situado na província do Namibe. Esse sítio, por causa do potencial de seu valor universal excepcional de congregar em um mesmo espaço inserido em um meio ambiente particular cerca de 2000 gravuras e 250 pinturas diversificadas e de qualidade especial, foi selecionado pelo Executivo Angolano como um dos bens patrimoniais a ser proposto para inscrição da lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (DOMINGOS, 2015).

O Complexo Tchitundu-Hulu é formado por um conjunto de quatro montanhas de granito: Tchitundu-Hulu Mulume (a maior montanha) contém pinturas no seu abrigo e gravuras rupestres ao ar livre; Tchitundu-Hulo Mucai também contém pinturas no seu abrigo; Pedra da Lagoa e Pedra das Zebbras contém principalmente gravuras na superfície da rocha.

Os temas figurados nas gravuras são variados, mas, em geral, elas são esquemáticas e de tipo simbólico: nota-se um elevado número de padrões circulares com círculos simples ou concêntricos, com ou sem raios, representações vegetais e animais de antílopes, tartarugas, cobras, pássaros e mamíferos.

As pinturas, em sua maioria, foram feitas em vermelho ou branco, com tonalidades diferentes. Figuras monocromáticas em vermelho ou branco são a maioria, seguidas por figuras de duas cores em vermelho e branco. As figuras tricromáticas (vermelho, branco, preto) são raras e apenas uma combina os quatro tons (vermelho, branco, preto, amarelo). Por exemplo, Tchitundu-Hulu Mucai tem cerca de sessenta assuntos pintados em branco, preto e duas tonalidades de vermelho. As figuras são circulares, elípticas e ovais, triangulares ou trapezoidais; os animais são mais comuns que os antropomorfos. As figuras geométricas consistem em linhas verticais pontilhadas e circulares com raios. As figuras geométricas compõem quase metade das pinturas no local (47,5%), seguidas por “várias” também muito numerosas (38,9%). Os animais

estão presentes, mas poucos (11,9%), e os antropomorfos estão quase ausentes, com um único número provável e estilizado (1,7%) (GUTIERREZ, 2009).

De acordo com os dados atualizados do Gabinete Provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos do Namibe, cerca de 22 estações arqueológicas são inventariadas, entre as quais 10 sítios foram objetos de estudo por parte do arqueólogo Manuel Gutierrez, cujos resultados foram publicados em 2009 através da Obra “Arte Rupestre em Angola – Província do Namibe”. Nesse conjunto de sítios estudados, destaca-se na região de Caraculo as seguintes estações dotadas de figuras multicoloridas e com morfologias diferentes (antropomórficas, zoomórficas e geométricas): as estações de Hai, Kenguerera I, Kenguerera II, Lumbundjo, Makahama, Majole, Manakombo, Onkaka, Vihailo I, Vihailo II. O complexo arqueológico de Tchitundu-Hulu é um dos sítios arqueológicos de Angola mais visitados nos últimos tempos pelos turistas.

No norte de Angola, mais precisamente na província do Zaire, existe um rico patrimônio arqueológico. Quando da preparação da candidatura do Centro Histórico de Mbanza Kongo na lista do Patrimônio Mundial (fato que aconteceu em julho de 2017), foram realizadas prospecções e escavações arqueológicas no Madungu, Tadi Dya Bukikwa, Mpindi a Tadi, Kulumbimbi, Lumbu e Missão Católica, que puseram a descoberto alguns vestígios e sítios arqueológicos ligados à história do Reino do Kongo e da sua diáspora. Mbanza Kongo foi a capital econômica do Reino de Kongo, na era pré-colonial, que influenciou os reinos da sub-região (Kakongo, Ngoyo e Loango), e o desenvolvimento da cidade teve uma estreita conexão com o período da Idade do Ferro. Um dos requisitos para a inscrição era demonstrar arqueologicamente essas relações comerciais entre o Reino de Kongo e os reinos mencionados acima.

No processo de implementação desse programa, foram encontrados fragmentos de cerâmica, sendo alguns dentre eles do estilo da África Central, desenvolvidos através do fenômeno das fossas da Idade do Ferro e que datam entre os séculos XIV e XVI, o período do primeiro contato com os europeus. Além da cerâmica, outros vestígios foram encontrados: restos humanos, obje-

tos metálicos, cachimbos em cerâmica e pedra, pérolas, carvões, fundações de um dos edifícios antigos cuja função original não foi definida (ASSOMBANG; MBIDA; LOPES, 2014). Os estudos desses vestígios arqueológicos devem continuar a fim de enriquecer a história do antigo Reino do Kongo através do aprimoramento dos conteúdos do futuro Museu do Reino do Kongo e do roteiro turístico da cidade de Mbanza Kongo.

Além desses sítios, existe o sítio de arte rupestre da Pedra de Feitiço, no Soyo, com figuras ilustrando cenas de personagens transportando tipoia, de navios e figuras geométricas; também se destacam as grutas de Nzau Evua, que contêm pinturas rupestres e alguns restos humanos.

Os sítios acima apresentados testificam que Angola tem um potencial patrimonial e arqueológico muito rico e diversificado. Apesar dos desafios de conservação que enfrentam alguns sítios, a maioria dos bens do patrimônio arqueológico não é devidamente valorizada e conhecida pelas populações angolanas, incluindo as próprias comunidades locais que convivem com esses sítios, sem falar de turistas estrangeiros. O patrimônio arqueológico angolano continua a ser ainda um assunto da “elite”, sobretudo de investigadores entendidos na matéria, o que constitui um obstáculo para o desenvolvimento local baseado no arqueoturismo. A inversão da referida situação requer uma relação mais próxima entre o poder público e as populações locais, tal como sublinha Ndoro (2015, p. 394-395):

A extensão das mudanças ambientais e socioculturais devem ser determinados por aqueles que devem viver com estas mudanças – isso é, as comunidades locais como recipientes dos fluxos de turistas, organizações governamentais como os gestores e planificadores das políticas da actividade, e o sector privado como provedores de serviço [*sic*].

## **RECONFIGURAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E O ARQUEOTURISMO: A EDUCAÇÃO E A ATIVIZAÇÃO PATRIMONIAL**

O esvaziamento acelerado das referências identitárias em Angola é uma realidade atribuída, em grande medida, ao percurso efetuado enquanto país independente que herdou já um vazio acentuado de séculos de colonização. Nessa causa, é apontado particularmente o conflito armado da pós-independência, que atingiu de alguma forma a totalidade do território nacional, obrigando que milhões de angolanos fossem desterritorializados dos enquadramentos habituais a que pertenciam, criando em concomitância rupturas aceleradas e indesejáveis com os vestígios do passado.

A densidade migratória que se assistiu até o alcance da paz, em abril de 2002, transformou, em uma primeira fase, a maioria dos jovens angolanos, antes comprometidos com o seu passado, em cidadãos emprestados às periferias dos centros urbanos do País, com uma linguagem essencialmente materialista e imediatista, ancorados nos valores emergentes do conflito em contexto de sobrevivência. Porventura, nos territórios abandonados, cada vez mais deprimidos, ainda persiste uma herança cultural, embora tênue, por via da teimosia dos mais velhos, que tristes e perplexos pelo acaso da sua metafísica se recusam terminantemente à resignação.

O distanciamento com os vestígios do passado se alastrou também para além das fronteiras, com a exportação forçada de mão de obra jovem, em um processo emigratório que se exponenciou após o reacender do conflito armado em 1992<sup>6</sup>. A partir de então, a diáspora angolana cresceu considera-

---

6 A guerra civil entre os movimentos de libertação nacional em Angola eclodiu na véspera da independência do País, em 11 de novembro de 1975, tendo sofrido o primeiro grande interregno em 31 de maio de 1991, com a assinatura dos acordos do país de Bicesse entre as partes beligerantes, o governo angolano, sustentado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e a União para a Independência Total de Angola (UNITA). Essa trégua de cerca de 14 meses permitiu a realização das primeiras eleições multipartidárias no País, em 29 e

velmente, sobretudo em países como África do Sul, Namíbia, Portugal, Reino Unido, França e Brasil.

Nesse quadro de êxodo forçado em busca de sobrevivência, conforme defende Oosterbeek (2015), é fundamental compreender que os processos migratórios representam um fator de complexificação crescente dos processos de reconfiguração identitária. As migrações foram estruturantes de grandes momentos de transição e conduziram a redefinições identitárias (integradoras ou segregadoras), assentes em complexos equilíbrios entre tradições diversas e valores emergentes. O autor considera que as identidades são estruturadas por essas migrações (que disseminam valores, mas reforçam os mecanismos de exclusão), porque no mundo atual o desenraizamento locacional é muito forte e a fragmentação de *ethos* é exponencial.

O desenraizamento com o local em Angola e as redefinições identitárias com valores antagônicos aos comungados na origem dos migrantes aceleraram, paradoxalmente, com o fim do conflito armado. O intenso crescimento econômico experimentado pelo País entre 2002 e 2014, baseado em uma mono *comodity*, sem uma agenda verdadeira para as pessoas, fomentou a exclusão social, reproduziu desigualdades e sobrepuseram-se valores de grandeza, imponência e ostentação, que transformaram o País e a sua capital em uma ditadura total da moeda, como diria Baudrillard (2011). Porque só o dinheiro tinha valor e pouco importava a forma de o conseguir. Nessa equação, o local nunca existiu verdadeiramente, o cidadão estava à margem dos edifícios modernos e dos cifrões – em dólares americanos, claro.

Os anos de acumulação de recursos financeiros à custa da exploração petrolífera, com o preço por barril em alta no mercado internacional, sem uma gestão parcimoniosa e sujeita à discricionariedade individualizada, foram bastante penosos do ponto de vista sociocultural, tendo como consequência a sublimação paulatina do homem angolano. O culto pela moeda visando à rea-

---

30 de setembro de 1992. Os resultados das eleições foram contestados pela UNITA, entretanto foi convertido em partido político o principal interlocutor do governo no processo de paz, precipitando assim o regresso à guerra civil, que terminou definitivamente em 4 de abril de 2002.

lizações imediatas, muitas vezes com causas abjetas, definiu o tecido social e comprometeu a permanente e necessária construção da memória humana com vista à formação ou reconfiguração das identidades.

E qual foi o lugar do turismo nesse cenário de amnésia com os vestígios do passado? Os atores do turismo se limitaram essencialmente a acompanhar a efervescência econômica através da construção de empreendimentos hoteleiros e oferta complementar associada. Importava, pois, criar facilidades inerentes à dimensão dos negócios que cresciam em catadupas e acudir as necessidades dos visitantes, extremamente focados nas suas motivações profissionais, razão única da deslocação ao País.

Portanto, o turismo nunca fora pensado em uma perspectiva estratégica e de catalisador de desenvolvimento, quando deveria ser um aliado privilegiado das políticas de fortalecimento da economia, porque a sua característica de ramificar negócios em pequenas prestações, à montante e à jusante da atividade, alargou substancialmente as opções de inserção das comunidades e o alívio da pobreza. Dito de outra forma, o turismo seria o setor melhor colocado para estabelecer um diálogo intersetorial e intercultural profícuo, aproveitando a alta do petróleo para a diversificação dos setores produtivos da economia, incluindo a cultura, o que seria o anteciper da resolução de um problema estrutural sério, hoje considerado uma emergência nacional. Assim, além do benefício econômico que o turismo patrimonial pode trazer, o patrimônio é também visto como um motor da coesão social e da educação cultural através do mundo, porque às vezes isso providencia o orgulho local e permite às comunidades se conectarem com o mundo, estabelecendo um diálogo intercultural entre os povos.

Na prática, ao longo dos anos sem guerra, o País não operacionalizou em permanência produtos turísticos comercializáveis de forma sistemática e, por defeito, não criou destinos turísticos que agregassem valor aos visitantes e representassem uma atividade econômica consistente para os residentes. O País não abordou o turismo como uma atividade integradora e sistêmica. Na verdade, ele não tem tido turismo conforme as definições convencionais o

concebem. Nessa perspectiva, resulta extemporâneo retrospectivar o turismo arqueológico em Angola.

A relevância da abordagem dessa modalidade turística no contexto local em Angola é obviamente prospectiva, tendo em conta o patrimônio arqueológico apresentado na primeira parte deste trabalho e o eminente processo de gestão das localidades pelos seus habitantes, isto é, a autarcização dos municípios. A institucionalização dos órgãos de poder local eleitos por sufrágio universal, com missão exclusiva de desenhar políticas, tomar decisões e implementar programas e projetos no interesse dos seus municípios, apresenta, desde já, um expectante cenário de reversão da situação atual que, a princípio, deverá favorecer a reconstrução e a reconfiguração das memórias e identidades coletivas locais.

O que se infere, *a priori*, é que o desenvolvimento do turismo local, por representar uma sistematização dos recursos existentes na base de uma visão patrimonial dupla (natural e cultural) de sustentabilidade, tem que ser alicerçado em um forte componente de educação patrimonial e ambiental, estruturado em eixos de desenvolvimento que reabilitem o substrato das culturas locais, a dimensão identitária do residente face ao território, a recuperação de sua autoestima através da sua ancestralidade, assim como a sua afirmação enquanto protagonista maior do processo de desenvolvimento turístico. Por conseguinte, no seguimento desse processo de desenvolvimento local com a relevância do turismo é preciso privilegiar o valor da herança cultural e arqueológica do território, atribuído sobretudo pela comunidade, onde a endogeneidade e a autenticidade terão de ser inegociáveis. Caso contrário, estar-se-á a relevar a mimetização e o simulacro, criando condições para que determinada herança – muitas vezes sacralizada no contexto africano – seja coisificada. Na verdade,

[...] a educação patrimonial, à altura do nosso tempo, tem como objectivo desejável incentivar a consciência da construtividade do mundo humano, desafiando o sujeito

a reconstruir o passado processualmente até que esse se torne compreensível, sem deixar espaço para obscuridades metafísicas que tomem o lugar da agência do sujeito empírico. (MEDEIROS, 2018, p. 41).

Essa construtividade e a noção plena da importância dos vestígios do passado devem representar uma memória social sólida suscetível de formar identidades ajustadas à historicidade local. Conforme defende Carlan (2015), a memória em si, ligada à aprendizagem ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade, porque as exigências da vida em grupo resultam frequentemente na modelagem da memória, que é a base sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos.

Enquanto recurso estratégico de (re)construção de memórias e identidades, o patrimônio emerge nos processos de requalificação, refuncionalização e renovação da imagem dos territórios e representa um suporte de iniciativas formais e informais de educação patrimonial e uma oportunidade de envolver a sociedade na compreensão da linguagem de estruturação dos seus territórios e nas relações dinâmicas com outros. (FERNANDES; CARVALHO, 2012, p. 19).

Assim, a utilização do patrimônio no processo educativo para ativar a sensibilização e as práticas de conservação nos cidadãos reforça o sentido de pertença para além de contribuir para um melhor entendimento e tolerância do processo de construção da vida de um território e dos seus habitantes (CASTRO, 2018).

Importa, porém, que os conhecimentos produzidos pelas comunidades sejam devidamente relevados e não ignorados por completo, como acontece amiúde. Existe uma prevalência do conhecimento científico e uma ignorância ao se pensar que ele é absoluto, quando na verdade o saber científico e

o saber popular são complementares e não diametralmente opostos (SOUZA; SOUZA, 2018). Para Frederico e Funari (2016), as recentes discussões sobre o patrimônio trazem pontos vinculados à interdisciplinaridade e à participação das comunidades locais na construção e escolha dos bens a serem valorizados e geridos, emprestando aos parâmetros técnico-científicos de salvaguarda do patrimônio novas reflexões a partir da pluralidade dos discursos que envolvem as práticas sociais e o meio ambiente. Os usos presentes e futuros representam possibilidades de conservação e também de modificações em processos identitários das comunidades com os seus bens.

Veicular a transmissão de conhecimento focalizado nos bens culturais proporciona às comunidades um contato maior e regular com o patrimônio cultural da sua localidade, com vista a uma capacitação e ao usufruto correto dos bens para a construção de uma identidade sólida (DOMINGOS, 2013). Do ponto de vista das vantagens não facilmente mensuráveis, o patrimônio tem sido considerado, fundamentalmente em nível local, como eixo vertebrador de planificação para os diversos setores de atividade (PRATS, 2003; CARVALHO, 2012), sem descurar a sua capacidade de criar imagem para a localidade, ao mesmo tempo que vai reforçando a vertente simbólico-identitária das suas populações. De fato, a recomposição de identidades culturais afetadas por processos homogeneizadores permite às comunidades (re) edificarem a autoestima e fortalecerem a confiança no porvir através do seu percurso histórico para enfrentarem as incertezas proporcionadas pelo mundo atual, que provoca sentimentos de instabilidade em uma trajetória veloz para um destino pouco decifrável (CASTRO, 2018).

Por isso, de acordo com a Carta do ICOMOS de 1990<sup>7</sup>, a participação da população deve estar integrada nas políticas de conservação do patrimônio arqueológico dos países, sendo mesmo imprescindível todas as vezes que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve

---

7 Carta para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Preparada pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) e adotada pela 9ª Assembleia Geral do ICOMOS em 1990, realizada em Lausanne, Suíça.

estar fundada no acesso à informação e ao conhecimento público como um elemento importante de conservação integrada. O engajamento e a participação da população local devem ser estimulados como meio de ação para a preservação do patrimônio arqueológico, sendo aconselhável confiar a responsabilidade da proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones em certos casos. O documento considera que a proteção ao patrimônio arqueológico constitui uma obrigação moral de todo ser humano e uma responsabilidade pública coletiva. Essa responsabilidade deve se traduzir na adoção de uma legislação adequada e na garantia de recursos suficientes para financiar, de forma eficaz, os programas de conservação do patrimônio arqueológico.

De acordo com Medeiros (2016), o modo correto de assimilar nossas faculdades cognitivas, assim como a tradição e os costumes, é o espaço. Um espaço em que a cultura deve ser encarada como infraestrutura, acessada e estimulada através de museus, bibliotecas e outras instituições que tornam físicas as representações cognitivas e simbólicas da mente social e disponíveis de modo constante para que possam frutificar nos intelectos dos indivíduos. Dar uso ao patrimônio arqueológico e ao cultural em geral é, portanto, fundamental para a memória, educação, enraizamento e sentido de pertença, assim como para os desígnios de sua conservação e todo o aporte que é capaz de emprestar à sociedade (CASTRO, 2018). O discurso de criação de condições de salvaguarda não se circunscreve apenas, como é óbvio, nos modelos mais adequados de conservação, mas também nos processos de ativação patrimoniais e nas formas de utilização perenes que facilitem a sustentabilidade do próprio processo de conservação. “Para que algum elemento de uma cultura seja considerado patrimônio, deve ser previamente ativado” (SCHÜLTER, 2015, p. 14).

Apesar da sua fragilidade, o patrimônio cultural deve ser visto como um recurso a ser explorado racionalmente para fins de desenvolvimento, formação, educação e usufruto do público em geral, como o observa Stone (2006, p. 9):

*Visitors are seen no as an opportunity to engage with the general public, but rather as a threat to a fragile and irreplaceable resource. As an archaeologist I understand these concerns, but as a heritage manager and an educator, as someone who believe in the contemporary value of heritage, I know that a balance must be struck to allow this albeit fragile resource to benefit all and that I cannot be simply the preserve of academics alone.*

A ativação e educação patrimonial em contexto local é, definitivamente, um esforço de conservação baseado na reutilização e rentabilização à margem dos recursos públicos, quase sempre escassos. É uma ação fundamental devido à sua utilidade presente enquanto alicerce para a construção do futuro. Atribuir usos (novos) ao patrimônio arqueológico implica, para além do seu propósito conservacionista, a participação contínua dos indivíduos no processo de transformação de identidades que enriquecem a cultura dos povos e na necessária dinâmica interpretativa dos bens culturais para servir da melhor forma a comunidade e as pessoas.

## **DESENVOLVIMENTO DO ARQUEOTURISMO E O PODER LOCAL EM ANGOLA**

Com o poder local autónomo, a expectativa de muitos angolanos é que seja esbatida o mais rápido possível a desigualdade no País, que se vá aliviando a pobreza extrema e as assimetrias regionais. O desenho de uma nova forma de organização dos municípios em Angola já vem tarde<sup>8</sup>, mas a tempo de obviar a recorrente ineficácia e indesejabilidade social dos atuais órgãos locais do Estado.

---

8 Os quinze países da região austral da África estão todos autarcizados, com exceção da Angola. Moçambique, onde o processo iniciou em 1997, é o único país da região que não implementou as autarquias simultaneamente em todos os municípios, modelo defendido pelo governo angolano.

Para Acemoglu e Robinson (2013), a eficiência e a adoção de políticas que visem à prosperidade dependem muito da solução de alguns problemas políticos dos países ou das sociedades, porque as instituições políticas determinam quem tem o poder na sociedade e para que fins esse poder pode ser usado. Se a distribuição do poder for reduzida e não estiver sujeita a limitações, as instituições políticas se tornam absolutistas, exercendo o poder em proveito próprio e para um número reduzido de fiéis seguidores.

Portanto, Acemoglu e Robinson (2013) defendem que é fundamental que os países criem instituições políticas inclusivas para gerar igualmente instituições econômicas inclusivas e uma sociedade integradora que permita e incentive a maioria das pessoas a tirar o máximo partido dos seus talentos e de suas competências e que façam as escolhas que quiserem, promovendo a propriedade privada, serviços públicos e justiça social.

Para garantir uma maior participação dos cidadãos na vida pública, o governo angolano iniciou um percurso de mais de uma década de desconcentração e descentralização dos órgãos do poder central do Estado, cujo passo decisivo será, precisamente, a já referida implementação gradual<sup>9</sup> das autarquias locais no País. No entanto, os resultados desse percurso, conforme defende Santos (2013), estão aquém das expectativas inicialmente preconizadas de participação democrática dos cidadãos na governação local. Segundo o autor, o Decreto n° 2/07, que estabelece os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS) para que os cidadãos possam apoiar de forma mais assertiva os órgãos da administração local do Estado na apreciação e na tomada de medidas de natureza política, econômica e social, funciona em muitos casos à *mercê* do poder discricionário do administrador municipal, não havendo espaço para a participação no processo de planeamento e implementação de políticas nem existe a prestação de contas aos membros do CACS.

---

9 A implementação das autarquias na Angola tem tido como principal tema de debate o gradualismo geográfico, que consiste em uma primeira fase na autarcização de alguns municípios que, segundo o governo, venham a se apresentar em melhores condições para o efeito. A oposição defende posição contrária, que implica a sua aplicabilidade a todos os 164 municípios.

Em junho do corrente ano, foi lançado pelo Presidente da República de Angola o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com programas, projetos e ações que incidem essencialmente sobre os setores da saúde, construção, urbanismo, energia e águas, segurança e ordem pública, infraestruturas e vias de comunicação. O plano prevê a concretização de 236 projetos, cujas propostas de necessidades foram da iniciativa dos municípios, ajustadas às prioridades locais e aos anseios da população, perspectivando uma melhor preparação para as autarquias. Para além do plano estar concentrado em questões eminentemente de solução material dos problemas dos municípios, quase sem dimensão cultural, questiona-se também a envolvimento da participação dos cidadãos na sua preparação através do CACS.

Quando as políticas públicas são concebidas e implementadas com base na imposição, sem contratualização social livremente expressa nem possibilidade do seu escrutínio por aqueles a quem se destinam, as consequências são a falta de compromisso social, assim como ausência de coesão social e territorial [...]. A matriz de actuação é a imposição unilateral, de acordo com o padrão ideológico estabelecido por uma elite, que se apropria do poder e o controla em função dos seus interesses. Nestes casos, as políticas públicas, mesmo quando baseadas na lei e terem até enquadramento constitucional, não representam um contrato social. São políticas legítimas pela força da lei produzida à medida da elite dominante, mas porque não reflectem o interesse público e não são susceptíveis de avaliação e controle por parte da sociedade, são na essência ilegítimas. Na verdade, devem ser consideradas políticas de Estado e não políticas públicas. (FADIGAS, 2015, p. 14).

Em uma investigação realizada por Lopes (2015) sobre o grau de implementação dos CACS em 27 dos 164 municípios que compõem o território angolano, abrangendo dez das suas dezoito províncias, verificou-se que os ato-

res não estatais dos referidos conselhos (associações profissionais, instituições religiosas, partidos políticos na oposição, organizações não governamentais, associações do setor empresarial, autoridades tradicionais e outras organizações da sociedade civil) não estão satisfeitos com o nível de auscultação e participação dos cidadãos nas administrações municipais, em parte devido ao excessivo protagonismo do partido que sustenta o governo no exercício do poder local.

*With adequate social opportunities, individuals can effectively shape their own destiny and help each other. They need not be seen primarily as passive recipients of the benefits of cunning development programs. There is indeed a strong rationale for recognizing the positive role of free and sustainable agency – and even of constructive impatience. (SEN, 2001, p. 11).*

Para que haja prosperidade ao nível dos municípios, é fundamental que os seus habitantes tenham espaço para discutir e participar nas decisões que impactem as suas vidas. A apreçoada sustentabilidade não pode estar dissociada do desenvolvimento endógeno, entendido como o modo de organização socioeconômica, sobre o qual as comunidades locais e regionais expressam e concretizam suas próprias propostas de desenvolvimento comunitário ao centrarem a sua atenção no papel das iniciativas locais e ao orientarem-se no sentido de satisfazer as necessidades da população local, fomentando sua ativa participação e promovendo sua aproximação ao funcionamento do sistema produtivo (GAMBOROTA; LORDA, 2017). Na opinião das autoras, o espaço socialmente construído pode apoiar ou obstruir os processos de desenvolvimento, o qual se baseia em uma adequada utilização dos recursos próprios e orienta-se para satisfazer as necessidades da população. Dessa maneira, as medidas mais adequadas serão aquelas que se destinam a revalorizar as potencialidades territoriais e promover iniciativas que possam utilizar os grupos humanos de forma eficiente.

Segundo Santos (2015), o desenvolvimento consiste em um processo multidimensional que se traduz no grau de acesso ao conjunto diversificável de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhes possibilitam uma satisfatória realização pessoal e profissional, traduzida em uma vida considerada de qualidade. As dimensões aludidas se referem ao seguinte:

- Planejamento territorial;
- Desenvolvimento dos diferentes ramos de produção;
- Redução das desigualdades;
- Satisfação das necessidades básicas de toda a população;
- Garantia das liberdades e respeito pelos direitos humanos;
- Respeito pelo ambiente e sua conservação para gerações futuras;
- Melhoria da qualidade de vida.

Embora Fernandes e Carvalho (2012) asseverem que a discussão hoje sobre o desenvolvimento implica refletir sobre a forma de encontro entre as escalas local e global e na interdependência de todos os pontos (lugares) em um sistema de globalidade interativa que analisa a complexificação dos conflitos de valores, estruturas étnicas e diversidades de comportamento, a essa hibridação, a resposta tem sido o reavivamento e o fortalecimento da autonomia local demandada, paradoxalmente, por essa globalidade. Porque a homogeneização dos produtos e a uniformização dos consumos que os fenômenos atuais apresentam obriga que as pessoas cultivem a diferenciação e apregoem a sua identidade (CASTRO, 2018).

Pelo fato de representar um instrumento catalisador de desenvolvimento de muitos países, o turismo, se abordado em uma perspectiva horizontal, contribui para uma maior integração e complementaridade dos setores de atividade porque os investimentos no setor possuem uma característica bastante favorável em nível local, uma vez que é caracterizada em grande medida

por micro e pequenas unidades produtivas com prestações fragmentadas sem exigência de elevados recursos financeiros. Essa particularidade faz com que o turismo esteja mais bem colocado para aliviar a pobreza em relação aos outros setores, pois permite alcançar melhor desempenho econômico e melhor distribuição da riqueza ao transferir mais facilmente o rendimento para os mais pobres, enquanto promove o alargamento das opções de negócio e de pequenos investimentos.

Como é natural, ao desenvolvimento turístico local está subjacente a criação de condições para proporcionar à população residente de uma unidade territorial melhor qualidade de vida, encarando o turismo como uma alternativa estratégica viável para esse desiderato. A semântica associada ao conceito de qualidade de vida se circunscreve obviamente nas dimensões do desenvolvimento sustentável, cuja reflexão neste capítulo se cinge mais na dimensão dos valores culturais-arqueológicos e da boa governação à escala municipal. Nessa perspectiva, a estruturação e planificação da vida coletiva deve possibilitar aos indivíduos e à sociedade civil em nível local o exercício de um controle efetivo sobre o processo de desenvolvimento do município.

As territorialidades angolanas estão se direcionando para uma reconstrução em que a dimensão política e econômica garanta autonomia de decisão na escala mais reduzida do espaço institucional do País para que os indivíduos, sem voz nem vez, tornem-se cidadãos partícipes, com direitos e obrigações políticas, econômicas e sociais. Assim, importa que a dimensão cultural da construção do território local, a imaterial ou simbólica, seja basilar para o processo de desenvolvimento. É fundamental não negligenciar o conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social a favor da exaltação que tem sido dada às experiências de gestão centralizada pouco conseguidas, baseadas em um princípio mais material-funcionalista, conforme rotulam Haesbaert e Limonad (2007), no qual o território fica exclusivamente vinculado ao exercício do poder, à funcionalidade econômica e aos circuitos relativamente restritos para a produção, a circulação e o consumo.

Toselli (2019) defende que o turismo, ao ser uma atividade de economia que combina recursos endógenos e exógenos, se corretamente articulado, propõe um conjunto de benefícios socioculturais, econômicos e ambientais, sendo imperiosa a sua boa planificação e gestão a fim de produzir efeitos positivos no território. Por isso, o primeiro passo para a elaboração da estratégia de desenvolvimento do arqueoturismo em nível local é a identificação e realização de um diagnóstico para um processo de valorização dos componentes do sistema turístico do território. Figueira e Dias (2011) apresentam algumas características que podem ser destacadas para o desenvolvimento turístico municipal ou local:

1. O carácter endógeno do modelo de desenvolvimento turístico municipal, pelo qual é necessário privilegiar uma estratégia que prevê o aproveitamento dos recursos disponíveis em âmbito local (humanos, técnicos, materiais).
2. A territorialidade como fator determinante, priorizando o âmbito mais reduzido do espaço institucional que é o município.
3. A necessária participação de todos os atores sociais e econômicos do território considerado.
4. As ações e políticas de desenvolvimento turístico municipal além de serem integradas e integradoras.
5. O desenvolvimento turístico municipal é um processo dinamizador e catalisador do potencial existente no território em que ocorre e, por isso, deve estar baseado em princípios de flexibilidade e de adaptação à realidade local.

No entanto, é importante não esquecer que nem todas as localidades possuem vocação turística, sendo necessário evitar encarar a atividade como a solução ótima para todos os males do município. Voltando a Toselli (2019), é preciso estabelecer a importância de empregar instrumentos relevantes de avaliação e diagnóstico que permitam aferir se um sítio ou uma localidade possui de fato um determinado potencial para o desenvolvimento do arqueoturismo.

turismo que justifique a realização de determinadas intervenções. É preciso considerar instrumentos e técnicas cuja aplicação permitam tomar decisões mais ajustadas sobre as possibilidades de desenvolvimento turístico de um lugar: analisar as características geográficas e demográficas do lugar, conhecer a história laboral e produtiva da zona, a infraestrutura e os serviços básicos e gerais com que conta a localidade, aspectos relacionados com a gestão e o desenvolvimento do turismo (legislação, acessibilidades do lugar, serviços para os visitantes, recursos humanos capacitados, entre outras variáveis).

Como um dos indicadores que pode permitir avaliar o impacto do arqueoturismo em uma determinada localidade tem-se a recolha e o tratamento de dados estatísticos de turistas, no caso particular da Angola, os dados fiáveis a considerar são as estatísticas dos visitantes dos museus sediados nas províncias com um potencial arqueológico, nomeadamente o MNAB e o Museu dos Reis do Kongo. O MNAB recebeu uma média anual de 3.000 visitantes nos últimos três anos, de acordo com o mapa abaixo descrito.

Figura 4 - Dados Estatísticos do Museu Nacional de Arqueologia de Benguela<sup>10</sup>

Ano 2017				
Nacionais				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
421	360	391	1143	340
<b>Total: 2655</b>				
Estrangeiros				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
13	17	77	0	0
<b>Total: 107</b>				
<b>Total Anual :2.762</b>				

<sup>10</sup> Dados compilados pela Direção Nacional de Museus (DINAM) do Ministério da Cultura de Angola.

Ano 2018

Nacionais				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
120	120	1126	853	822
<b>Total: 4.227</b>				

Estrangeiros				
Homens	Mulheres	Crianças	Jovens	Adolescentes
530	529	12	6	2
<b>Total: 1.079</b>				

<b>Total Anual: 5.306</b>				
---------------------------	--	--	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores.

As estatísticas do Museu dos Reis do Kongo subiram desde a inscrição do sítio de Mbanza Kongo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2017<sup>11</sup>. Algumas lacunas de gestão verificadas no terreno, sobretudo a ausência de gestores nos diferentes sítios arqueológicos, em nível local, não permitem fazer o registro de dados estatísticos sobre os turistas nacionais e estrangeiros que visitam esses locais; a ausência desses dados torna impossível a avaliação do impacto socioeconômico e cultural do arqueoturismo nas diversas províncias e localidades de Angola. Os números de turistas que frequentam essas duas instituições e províncias, pese embora tímidos, são indicadores que confirmam que o arqueoturismo pode desencadear um processo de desenvolvimento local, sendo necessário trabalhar afinadamente na valorização e divulgação do potencial arqueológico angolano, agregando todos os valores

11 O Museu dos Reis do Kongo recebeu 6.172 visitantes em 2017 e 13.839 visitantes em 2018, com 166 turistas estrangeiros, de acordo com os dados da DINAM. Um acréscimo de mais de 50%.

que venham potencializar e fomentar a atividade turística. O lançamento em setembro do guia e do roteiro turístico da cidade de Mbanza Kongo, dominado com atrativos essencialmente arqueológicos, é mais um passo para a sua turistificação.

Como se fez referência, a transversalidade da atividade turística obriga que ela mesma tenha uma abordagem horizontal e de complementaridade com outras atividades produtivas, encarada como um sistema constituído por vários subsistemas (natural, social, cultural, tecnológico, produtivo, político) interativos e dinâmicos (MENDEZ, 1997 *apud* GAMBOROTA; LORDA, 2017). As autoras defendem que o sistema turístico deve considerar vários fatores de desenvolvimento, sistematizados nas seguintes variáveis estratégicas:

1. Infraestruturas técnicas: constituídas por transporte e telecomunicações para melhorar a acessibilidade e incrementar a produtividade baseada na iniciativa privada.
2. Estrutura produtiva composta por pequenos empreendedores, associada a um elevado nível de formação dos recursos humanos.
3. O fomento da cooperação entre os diferentes agentes envolvidos nos processos produtivos e de distribuição.
4. Estrutura espacial e recursos ambientais. Assegurar um certo grau de concentração urbana porque a proximidade resulta favorável para as inter-relações e assegura um grau mínimo de massa crítica na demanda dos serviços e equipamentos.

Para o arqueoturismo, tendo como matéria-prima fundamental o patrimônio arqueológico da localidade, o diagnóstico e a estruturação do sistema e do produto devem assentar na condição de ser um recurso frágil e não renovável. De acordo com a recomendação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (1990), os planos de ocupação de solo decorrentes dos processos econômicos e sociais e através da construção de

infraestruturas e equipamentos devem ser regulamentados a fim de minimizar o mais rápido possível a destruição desse patrimônio. Os projetos de desenvolvimento constituem uma das maiores ameaças físicas ao patrimônio arqueológico. A exigência feita aos empreendedores para que realizem estudos de impacto arqueológico antes da definição do programa do empreendimento deveria estar enunciada em legislação própria, prevendo no orçamento do projeto o custo dos estudos.

O produto arqueoturismo em Angola precisa ser construído a partir de uma oferta arqueológica que fundamenta a natureza da humanidade angolana, como um meio sólido de educação patrimonial e de (re)construção de identidades e memórias coletivas atrofiadas nas últimas décadas. Os estudos e os trabalhos no campo da arqueologia, associados aos levantamentos e ao resgate, assim como a guarda e a divulgação dos bens, imbuídos ou não em processos formais de patrimonialização, devem constituir obrigação legal e moral de qualquer município, com vista à inventariação sólida e sistemática da herança “perdida”.

A elaboração de um mapa de sítios e peças arqueológicas locais, complementada com cartografias extramunicipais, afigura-se como outro passo assertivo para monitorar da melhor forma o patrimônio arqueológico tendo em conta o ótimo aproveitamento dos recursos para o turismo. No entanto, reitera-se que os desígnios de turistificação local devem subordinar-se a um valor maior de salvaguarda, obstando inclusive a visitação para consumo público aos bens que se apresentem em fragilidade extrema e que obriguem a enveredar por processos rigorosos de proteção e preservação.

A cartografia arqueológica seria naturalmente um instrumento basilar para reforçar a roteirização dos atrativos do local e para o desenho dos produtos arqueoturísticos em rede, entre municípios e províncias com afinidades ontológicas, unindo vários sítios através de uma temalização complementar e ao mesmo tempo unificadora.

Subsequentemente aos passos de estruturação e sistematização da oferta, será igualmente importante para as localidades angolanas com voca-

ção para o arqueoturismo um processo incipiente de visitação altruísta de um público que contribua através da participação ativa ou da interação direta com os arqueólogos na valorização e divulgação dos achados arqueológicos<sup>12</sup>. As iniciativas virtuais assentes em novas tecnologias aplicadas ao turismo como a visualização em 3D de assentamentos e peças arqueológicas (ORTEGA; CALLADO, 2018) seriam alternativas válidas para a consciência coletiva de valorização e divulgação.

O turismo local em Angola também pode aproveitar o uso eficiente das ferramentas da tecnologia para a consciencialização coletiva do valor do patrimônio arqueológico. Medeiros (2018) faz referência ao programa estatal para o registro voluntário de achados arqueológicos feitos pelo público na Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, denominado *Portable Antiquities Scheme (PAS)*. Devidamente analisado e contextualizado, o *PAS* pode enriquecer a oferta turística arqueológica e envolver ativamente as comunidades. O programa é essencialmente pedagógico e disponibiliza um banco de dados para lidar com informações e achados arqueológicos, bem como acomodar projetos de pesquisas de graduação e pós-graduação, contribuindo para um trabalho comunitário, intercâmbio científico e comunicação de utilidade pública.

Na perspectiva do autor, essa forma aberta e interativa de registro de achados feito por amadores e pela população em geral é inovadora e quebra alguns modos tradicionais de proteger o patrimônio cultural. Não está obviamente imune a questionamentos de críticos que temem pela procura e posse privada sem uma regulamentação mais severa ou pelo receio de pilhagem e busca desenfreada por recompensa. O certo é que, conforme defende Medeiros (2018), o número de achados registrados no âmbito do *PAS* é frequentemente visto como argumento positivo. Os amadores, quando incentivados a registrar

---

12 Uma ação alinhada com esse objetivo foi a realização pelo Ministério do Turismo de um FAM TRIP com a participação dos embaixadores acreditados na Angola. A atividade aconteceu em julho de 2019 e foi enquadrada nas comemorações do II aniversário de elevação dos Vestígios de Mbanza Kongo a Patrimônio Mundial da UNESCO, com a realização da primeira edição do FestiKongo.

os achados, geram uma quantidade muito maior de dados, os ganhos científicos e o alargamento do acervo patrimonial são assinaláveis.

Para finalizar, realça-se o fato de o turismo necessitar de testemunhos da cultura porque constitui uma oferta primária para a formatação dos roteiros e para a concepção de produtos. O contato com os vestígios do passado proporcionado por determinadas localidades angolanas, o conhecimento das suas origens e a genealogia das famílias, assim como a oportunidade de intercâmbio cultural e aprendizagem aprazível em viagens deverão transformar, incontornavelmente, territorialidades angolanas em destinos para o arqueoturismo. Importa que os potenciais recursos locais, combinados com outras variáveis do sistema turístico na base de programas de gestão integrada dos territórios, possibilitem que o património arqueológico valorize através do turismo a vida das comunidades locais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O património e todo o acervo arqueológico de Angola apresentado resultam de estudos não tão longínquos, embora existam testemunhos da última década do século XIX. É a partir dos anos de 1940 que os estudos em sítios arqueológicos e estações de artes rupestres são recorrentes e sistemáticos com a intensa exploração mineira e a criação do primeiro museu do País no leste de Angola, em 1938, o Museu Regional do Dundo.

A situação ambígua atual de atropelo de competências entre dois órgãos centrais de gestão do património arqueológico, não obstante a complementaridade que os respectivos estatutos lhe conferem, poderá ser reduzida com um novo paradigma de governança territorial a partir de 2020. Porque as políticas públicas na área do património cultural, particularmente o arqueológico, clarificam em nível local as normas a se observar para uma melhor salvaguarda e valorização, nas quais implicitamente se insere a atividade turística. Obviamente que tendo a autonomia para a gestão própria de determinados

recursos, a dificuldade postecipada em nível local se circunscreve na limitação técnica e na escassez de recursos humanos.

O acervo arqueológico estudado até a presente data no País se encontra concentrado em três regiões principais, nomeadamente as zonas norte, sudoeste e sul. Entre os cerca de vinte sítios arqueológicos já patrimonializados, particular destaque é atribuído ao esqueleto de mais de cinco metros de uma baleia que terá sido objeto de rapinagem após encalhar em um paleolago, localizado no Complexo Arqueológico do Dungo da Baía Farta, no sudoeste do País. Uma descoberta cuja cronologia recua há mais de 350.000 anos, o que amplia consideravelmente a historicidade de Angola, quase reduzida ao período colonial, proporcionando desafios para o preenchimento do vazio temporal existente em termos de atividade humana no território.

Outra descoberta importante está relacionada com a cidade de Mbanza Kongo, no norte do País. As prospecções e escavações arqueológicas realizadas fizeram emergir vestígios do passado que, associados às ruínas e a outros restos materiais da cidade, permitiram a inscrição desses vestígios na seleta lista da UNESCO de Patrimônio Mundial, em julho de 2017. Não menos importante que os dois anteriores é o sítio arqueológico de Tchitundu-Hulu, no município de Virei, no sul de Angola. Essa estação de arte rupestre é uma das mais estudadas na África Subsaariana, congregando no mesmo espaço cerca de 2000 gravuras e 250 pinturas diversificadas, razão bastante para que o Executivo Angolano a selecione como um dos bens a ser submetido à UNESCO para a lista do Patrimônio Mundial.

É fundamentalmente devido ao potencial arqueológico apresentado e ao desenraizamento com o local que se exorta o fortalecimento de políticas públicas e processos concretos de reconstrução de identidades e de (re)configuração das memórias das comunidades do País, cuja colonização e guerra e cujo desgoverno contribuíram bastante para que o angolano se alheasse das suas referências ancestrais. O advento da autarcização dos municípios e o conseqüente reforço do poder local subentendem uma melhor abordagem de salvaguarda e valorização do patrimônio arqueológico nas diferentes localidades.

Para a efetivação desse propósito, os municípios têm na atividade turística um aliado importante que, com base na sistematização dos recursos culturais e arqueológicos e alicerçado em um forte componente de educação patrimonial e ambiental, pode permitir não apenas a recuperação da ancestralidade olvidada, mas também a possibilidade de revitalização econômica das localidades, assim como a melhor implementação de programas e ações que salvaguardem o meio. Para o efeito, é fundamental que as autarquias promovam instituições locais verdadeiramente inclusivas, na base de uma distribuição ampliada de poder, para que a sociedade retire o máximo proveito dos talentos e das competências dos residentes, evitando os absolutismos atuais.

O turismo é verdadeiramente uma alternativa estratégica para muitos municípios de Angola devido à sua transversalidade e abrangência, sendo por isso uma atividade em condições excelentes para liderar processos de desenvolvimento locais, sobretudo naqueles cuja vocação turística é evidente, salvaguardando naturalmente a não sobreposição a outras atividades que possam também assumir uma condição centralizadora. Importa, pois, que os recursos endógenos sejam pensados de forma estratégica, tendo como ponto de partida um diagnóstico e uma avaliação responsáveis desses mesmos recursos, com vistas à elaboração de um plano de desenvolvimento turístico local. Assim, a avaliação não deverá negligenciar o fato de o arqueoturismo possuir uma matéria-prima frágil e não renovável, devendo existir mecanismos locais efetivos de gestão da sobrecarga dos sítios arqueológicos.

A derradeira acepção dessa abordagem é que o produto arqueoturismo em Angola precisa ser construído na base de uma oferta arqueológica que fundamenta a natureza da humanidade angolana como um instrumento para ajudar a preencher vazios identitários e reduzir a amnésia coletiva sobre os vestígios do passado. Nesse sentido, a cartografia arqueológica com vistas à roteirização dos atrativos locais e posterior desenho de produtos arqueológicos será, seguramente, um dos primeiros passos a se empreender para a turistificação das localidades do País com vocação para o arqueoturismo.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Porque falham as nações**. 10. ed. Lisboa: Círculo de leitores, 2013.

ANGOLA. [Constituição (2010)]. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010. Disponível em: [https://governo.gov.ao/fotos/frontend\\_1/editor2/constituicao\\_da\\_republica\\_de\\_angola.pdf](https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.

ANGOLA. Ministério da Cultura. **Lei do Património Cultural**. Luanda: Edições de Angola, 2008.

ANGOLA. Ministério da Cultura. **Política Cultural da República de Angola**. Luanda: Centro de Documentação e Informação, 2014.

ANGOLA. Ministério da Economia e Planeamento. **Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022**. Publicado em 2018. Disponível em: [www.mep.gov.ao › download](http://www.mep.gov.ao/download). Acesso em: 30 out. 2019.

ASSOMBANG, R.; MBINDA, C.; LOPES, M. C. **Mbanza Kongo: Mission archéologique**. Rapport: janvier-février 2014. Paris: UNESCO, 2014.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENJAMIM, M. H. Pesquisa Arqueológica na Cachama. In: GUTIERREZ, M.; BENJAMIM, M. H. (dir.). **Recherches archéologiques à Baía Farta (Benguela-Angola)**. Paris: L'Harmattan, 2019, p. 93-124.

BLOG DE GEOGRAFIA. **Mapa de Angola com províncias e capitais**. Publicado em 2018. Disponível em: [https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&biw=1536&bih=750&tbm=isch&sa=1&ei=qkK5XfGfC4jhUIOwm-8gG&q=mapa+de+angola+2019&oq=mapa+de+angola+2019&gs\\_l=img.3..0.96413.100238..100814...0.0..0.444.1639.2-3j1j1.....0....1..gws-wiz-img](https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&biw=1536&bih=750&tbm=isch&sa=1&ei=qkK5XfGfC4jhUIOwm-8gG&q=mapa+de+angola+2019&oq=mapa+de+angola+2019&gs_l=img.3..0.96413.100238..100814...0.0..0.444.1639.2-3j1j1.....0....1..gws-wiz-img).

puqu2xbMa2A&ved=0ahUKEwjxnOXLwcPIAhWIMBQKHQPYBmkQ4dU-DCAY&uact=5#imgrc=sUi52k\_Zsm70JM:. Acesso: 30 out. 2019.

CARLAN, C. “Patrimônio Cultural e Arqueologia: importância histórica”. *In*: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015, p. 191-203.

CARVALHO, P. M. **Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

CASTRO, B. **Património cultural e a reabilitação urbana**: Um caminho para o desenvolvimento do turismo na cidade histórica do Dondo (Angola). 2018. Dissertação (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. Carta para a protecção e gestão do património arqueológico. *In*: CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **IX Assembleia Geral do ICOMOS**. Lausanne: ICOMOS, 1990.

DOMINGOS, Z. A educação patrimonial e a construção da identidade nacional angolana. **Revista Mulemba**, [s.l.], v. 3, n. 6, p. 265-282, nov. 2013.

DOMINGOS, Z. Site archéologique de Tchitundu-Hulu (Angola): candidat au patrimoine mondial de l’UNESCO. Actes du colloque? La Recherche Archéologique en Afrique: hommage au professeur Jean Devisse. Paris, 6-7-8 décembre 2011. Nanterre: Maison d’Archéologie et d’Ethnologie/Maison René Ginovès, 2015, p. 81-92.

ERVEDOSA C. **Arqueologia Angolana**. Luanda: Ministério da Educação, 1980.

FADIGAS, L. **Urbanismo e território**: As políticas públicas. Lisboa: Sílabo, 2015.

FERNANDES, J.; CARVALHO, P. Conservation, development and environment: a conflictual relationship or a different view for new geographies? *In: CRAVIDÃO, F.; CUNHA, L.; SANTOS, N. (Coords.). Regional and local responses in Portugal in the context of marginalization and globalization.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 83-98.

FIGUEIRA, V.; DIAS, R. **A responsabilidade social do turismo.** Lisboa: Escolar, 2011.

FREDERICO, I.; FUNARI, P. (Re)conectando o patrimônio ao seu meio: interações entre cultura, natureza e turismo. *In: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Perspectivas sobre diversidades, cultura e memória.* Curitiba: Multideia, 2016, p. 13-29.

GAMBOROTA, D.; LORDA, M. El turismo como estratégia de desarrollo local. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, v. 58, n. 2, p. 346-359, jun./dez. 2017.

GUTIERREZ, M. **Art rupestre en Angola, Province de Namibe.** Saint-Maur-des-Fossés: Sépia, 2009.

GUTIERREZ, M. **Recherches archéologiques en Angola.** Préhistoire, art rupestre, archéologie funéraire. Paris: L'Harmattan, 2008.

GUTIERREZ, M. **L'art pariétal de l'Angola.** Paris: L'Harmattan, 1996.

GUTIERREZ, M.; BENJAMIM, M. H. (dir.). **Recherches archéologiques à Baía Farta (Benguela-Angola).** Paris: L'Harmattan, 2019.

GUTIERREZ, M.; JESUS, M. de. As Estações do Complexo Dungo. *In: GUTIERREZ, M.; BENJAMIM, M. H. (dir.). Pesquisas arqueológicas à Baía Farta (Benguela-Angola).* Paris: L'Harmattan, 2019, p. 39-89.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *In: Etc... Espaço, Tempo e Crítica Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 2, n. 4, p. 39-52, ago. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS - INE. **População Projectada por Grupo Etário segundo a Área de Residência e Sexo, Angola 2019**. Disponível em: [https://www.ine.gov.ao/images/banners/Banner\\_Projeccao.pdf](https://www.ine.gov.ao/images/banners/Banner_Projeccao.pdf). Acesso em: 05 out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INPC. **Lista do Património Classificado**. Luanda: Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, 2014.

LOPES, C. Representações dos membros dos CACS sobre a desconcentração e descentralização em Angola: Actores estatais *versus* actores não estatais. Um estudo de caso em 27 municípios. *In*: SANTOS, B.; LOPES, C. (Coords.). **Angola: Dez anos de desconcentração e descentralização administrativas**. Luanda: Ministério da Administração do Território, 2015, p. 26-45.

MEDEIROS, J. O pensamento, as sociedades e a cultura: uma apologia da cultura e do humano, tendo como exemplo o *Portable Antiquities Scheme* do Reino Unido. *In*: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Perspectivas sobre diversidades, cultura e memória**. Curitiba: Multideia, 2016, p. 173-189.

MEDEIROS, J. Os desafios da educação patrimonial à altura do nosso tempo. *In*: CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M.; SANTOS, M. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: Educação contextualizada - Arqueologia e diversidade**. Criciúma: Unesc, 2018, p. 18-43.

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DE BENGUELA - MNAB. **Relatório da Escola de Prática Arqueológica de Campo 2019**. Benguela: MNAB, 2019.

NDORO, W. World Heritage Sites in Africa: What Are the Benefits of Nomination and Inscription? *In*: LOGAN, W.; CRAITH, M. N.; KOCKEL, U. (eds). **A Companion to Heritage Studies**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015, p. 392-409.

OOSTERBEEK, L. **Ebo**: Mapeamento e registo de arte Rupestre da Zona Centro-Oeste de Angola. Relatório Final. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013.

OOSTERBEEK, L. Revisitando Antígona: o património cultural na fronteira da globalização. *In*: CAMPOS, J. B.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: Um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015, p. 13-29.

OOSTERBEEK, L.; MARINS, C. P. Ebo (Kwanza Sul, Angola), Arte Rupestre, Arqueologia, Património e Desenvolvimento – Campanha 2012. *Arkeos*, Tomar, n. 33, p. 87-118, dez. 2012.

ORTEGA, D.; COLLADO, Y. Arqueoturismo. Un fenómeno en auge? Reflexiones acerca del turismo arqueológico en la actualidad en España. **Revista Pasos**, Tenerife, v. 16, n. 3, p. 599-615, jul. 2018.

PRATS, L. Patrimonio + turismo = desarrollo. **Revista Pasos**, Tenerife, v. 1, n. 2, p. 127-136, jul. 2003.

SANTOS, B. As implicações da reforma administrativa do Estado na administração local de Angola. *In*: SANTOS, B.; LOPES, C. (Coords.). **Angola**: Dez anos de desconcentração e descentralização administrativas. Luanda: Ministério da Administração do Território, 2015, p. 13-24.

SANTOS, M. **Reflexões breves em torno do conceito de desenvolvimento**. Evora, 2013. Disponível em: [http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Desenvolvimento\\_ReflexoesBreves\\_13Jul13.pdf](http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Desenvolvimento_ReflexoesBreves_13Jul13.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

SCHLÜTER, R. La gastronomía y las nuevas formas de turismo. De la tradición a la innovación? *In*: SANTOS, N.; CRAVIDÃO, F. (Coords.). **Gastronomia e vinhos**: do turismo de experiência à experiência pelo turismo. Coimbra: Minerva, 2015, p. 13-27.

SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SOUZA, B.; SOUZA, M. Educação popular e desenvolvimento regional: A inserção de pescadores/as artesanais na educação formal. *In*: CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M.; SANTOS, M. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: Educação contextualizada - Arqueologia e diversidade. Criciúma: Unesc, 2018, p. 197-210.

STONE, P. A marriage of convenience? Heritage and tourism working together. **Historic Environment**, Victoria, v. 19, n. 2, p. 9-12, sep. 2006.

TOSELLI, C. Turismo, patrimônio cultural y desarrollo local. Evaluación del potencial turístico de aldeas rurales en la provincia de Entre Ríos, Argentina. **Revista Pasos**, Tenerife, v. 17, n. 2, p. 343-361, abr./jun. 2019.